

Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste

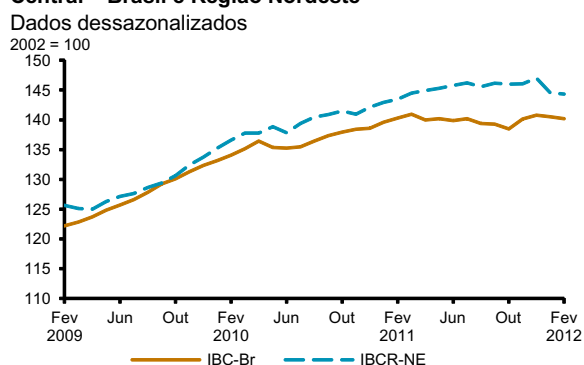


Gráfico 2.2 – Comércio varejista – Nordeste

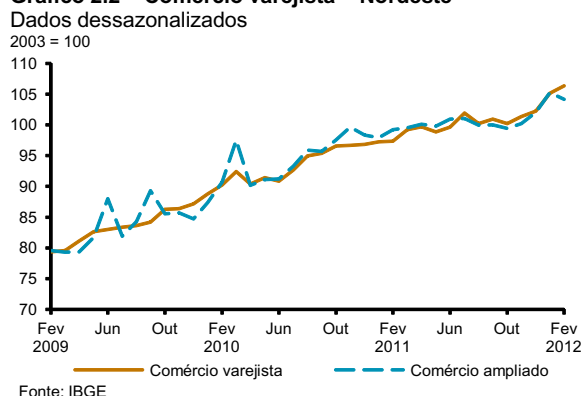


Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011		2012	
	Nov ^{1/}	Ano	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	0,3	7,3	3,7	6,9
Combustíveis e lubrificantes	1,1	6,5	4,1	7,0
Hiper e supermercados	-0,7	2,1	1,5	3,3
Móveis e eletrodomésticos	0,2	19,6	10,6	17,4
Eq. e mat. p/esc., inf. e com.	23,3	-18,3	-7,1	-17,1
Comércio ampliado	-0,7	6,1	3,9	4,7
Automóveis e motocicletas	-1,4	4,0	4,4	0,3
Material de construção	0,2	3,5	3,8	2,9

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

3/ Os dados relativos à região foram obtidos a partir da agregação do índice do volume de vendas de cada unidade da Federação, ponderados pela participação da variável receita bruta de revenda de cada unidade da Federação na receita bruta total da região, constante da Pesquisa Anual de Comércio do IBGE.

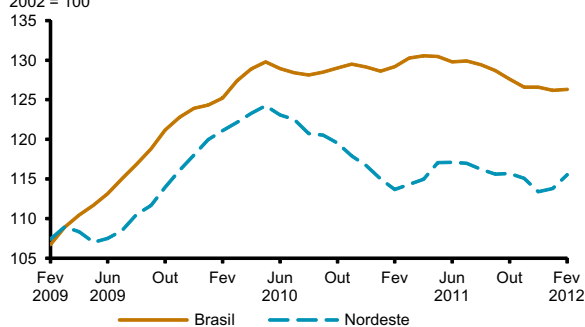
A economia do Nordeste registrou, em 2011, expansão mais acentuada do que a observada em âmbito nacional, evolução expressa nas taxas de crescimento anuais dos PIB da Bahia, 2,0%, do Ceará, 4,3%, e de Pernambuco, 4,5%. A análise na margem revela, no entanto, arrefecimento do dinamismo dessas economias, processo evidenciado nas taxas de crescimento dos respectivos PIB, que atingiram 0,2%, 0,4%, e -0,3% no trimestre encerrado em dezembro, em relação ao trimestre finalizado em setembro de 2011, considerados dados dessazonalizados.

A evolução dos principais indicadores econômicos da região no trimestre encerrado em fevereiro ratifica a tendência mencionada. Nesse sentido, o IBCR-NE recuou 0,5% no período, em relação ao trimestre encerrado em novembro, quando crescera 0,1%, no mesmo tipo de comparação. Considerados intervalos de 12 meses, o indicador cresceu 3,9% em fevereiro, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante 4,7% em novembro de 2011.

As vendas varejistas no Nordeste³ cresceram 3,7% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando haviam aumentado 0,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Destacaram-se, no trimestre, as variações de 10,6% nas vendas de móveis e eletrodomésticos e de -7,1% nas relacionadas a equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação. O comércio ampliado, incorporadas as variações respectivas de 4,4% e 3,8% nos segmentos veículos, motos, partes e peças, e material de construção, cresceu 3,9% no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, o comércio varejista da região cresceu 6,9% em fevereiro, em relação a igual período de 2011, ante 7,9% em novembro. Excetuado o recuo de 17,1% nas vendas de equipamentos e materiais

Gráfico 2.3 – Produção industrial – Nordeste
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.2 – Produção industrial – Nordeste
Geral e setores selecionados

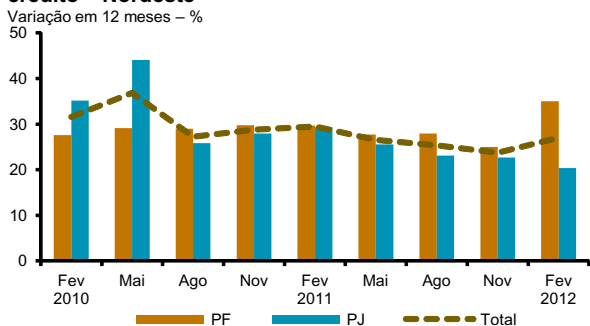
Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2011	2012	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	-0,9	0,4	-2,4
Indústria extrativa	6,7	-2,4	2,4	-2,5
Indústria de transformação	93,3	-1,8	0,2	-2,4
Alimentação e bebidas	32,1	2,7	-2,3	-0,6
Química	14,3	-1,9	-5,5	5,5

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.4 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste^{1/}
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

para escritório, informática e comunicação, verificaram-se elevações em todos os segmentos considerados na pesquisa, destacando-se os relativos a móveis e eletrodomésticos, 17,4%, e a artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 11,8%. Incorporados os aumentos respectivos de 2,9% e 0,3% nas vendas de material de construção e de veículos, motos, partes e peças, o comércio ampliado da região cresceu 4,7% no período.

A produção industrial nordestina aumentou 0,4% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro de 2011, quando recuara 0,9%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. Verificaram-se, no trimestre, aumentos em seis das onze atividades pesquisadas, com destaque para os registrados nos setores calçados e artigos de couro, 8,6%; têxtil, 7,5%; e refino de petróleo e álcool, 2,6%.

A análise em doze meses revela que a produção industrial da região recuou 2,4% em fevereiro, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante 4,8% em novembro de 2011, resultado de retrações de 2,5% na indústria extrativa e de 2,4% na de transformação.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil atingiu R\$243 bilhões em fevereiro, elevando-se 7,6% no trimestre e 27,1% em doze meses, maior percentual entre as regiões do país nessa base de comparação. O total contratado no segmento de pessoas jurídicas somou R\$125 bilhões, expandindo-se 2,8% e 20,4%, respectivamente, nas bases de comparação mencionadas, com ênfase nas contratações das atividades transmissão e distribuição de energia elétrica, indústria química e construção. Os créditos destinados às pessoas físicas totalizaram R\$118 bilhões, aumentando 13,1% no trimestre e 35% em doze meses, com destaque para o dinamismo das modalidades crédito consignado, financiamento a veículos e financiamentos habitacionais.

A inadimplência relacionada às operações de crédito superiores a R\$1 mil atingiu 4,19% em fevereiro, ante 3,89% em novembro, evolução decorrente de variações respectivas de -0,08 p.p. e 0,25 p.p. nas carteiras de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nas quais a taxa atingiu, na ordem, 6,08% e 2,42%.

Os governos estaduais, das capitais e dos principais municípios do Nordeste registraram superávit primário de R\$4,4 bilhões em 2011, elevação anual de 418,6%.

Tabela 2.3 – Dívida líquida – Região Nordeste^{1/}
Composição

Região Nordeste	R\$ milhões		
	2009	2010	2011
	Dez	Dez	Dez
Dívida bancária	5 383	8 262	10 309
Renegociação ^{2/}	25 147	25 303	23 313
Dívida externa	4 197	4 159	5 080
Outras dívidas junto à União	238	169	101
Dívida reestruturada	885	781	805
Disponibilidades líquidas	-8 608	-7 051	-6 759
Total (A)	27 243	31 624	32 848
Brasil^{3/} (B)	419 081	471 548	490 959
(A/B) (%)	6,5	6,7	6,7

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

Tabela 2.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2010	Nominal	Outros ^{4/}		2011
	Dez	Primário	Juros	Total ^{3/}	Dez	
Total	31 624	-4 397	2 878	-1 519	2 743	32 848
Governos estaduais	30 370	-3 201	2 609	-592	2 398	32 176
Capitais	563	-838	116	-722	342	183
Demais municípios	691	-357	152	-205	2	489

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.5 – Necessidades de financiamento – Região Nordeste^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Total	-848	-4 397	4 516	2 878
Governos estaduais	-1 111	-3 201	4 251	2 609
Capitais	-491	-838	135	116
Demais municípios	753	-357	130	152

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Ocorreram aumentos no superávit dos governos estaduais, 188,2%, favorecidos pelo crescimento de 3,4% na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), e das capitais, 70,8%, e reversão, de déficit de R\$753 milhões para superávit de R\$357 milhões, no resultado dos demais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$2,9 bilhões em 2011, reduzindo-se 36,3% em relação ao ano anterior, com ênfase nos recuos nas esferas dos governos estaduais, 38,6%, e das capitais, 14,2%.

O resultado nominal totalizou superávit anual de R\$1,5 bilhão em 2011, ante déficit de R\$3,7 bilhões no ano anterior, evolução decorrente das reversões, de déficit de R\$3,1 bilhões para superávit de R\$0,6 bilhão, no âmbito dos governos estaduais e, de déficit de R\$883 milhões para superávit de R\$205 milhões, na esfera dos demais municípios; e do crescimento de 103,2% no superávit nominal das capitais.

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste atingiu R\$32,8 bilhões em dezembro de 2011, aumentando 3,9% no ano e representando 6,7% do endividamento regional total. As dívidas renegociadas/reestruturadas pela União representaram 73,4% do endividamento líquido em 2011, e as dívidas bancária e externa, 31,4% e 15,5%, respectivamente.

A safra de grãos da região deverá totalizar, de acordo com o LSPA de março do IBGE, 16,4 milhões de toneladas em 2012, registrando aumento anual de 12,5% – maior variação entre todas as regiões do país – e passando a representar 10,4% da produção total nacional ante 9,1% em 2011. Estão projetadas expansões respectivas de 27,3%, 19,1% e 7,7% para as colheitas de milho, feijão e soja, responsáveis, na ordem, por 39,1%, 5,9% e 40,8% da safra de grãos da região. Entre as outras lavouras, ressaltem-se as estimativas de aumentos para as produções de mandioca, 5,5%, e de uva, 6,1%.

A balança comercial da região apresentou déficit de US\$1,4 bilhão nos três primeiros meses do ano, ante US\$443 milhões no período correspondente de 2011, de acordo com estatísticas do MDIC. Ocorreram aumentos de 23,5% nas exportações e de 44% nas importações, que somaram, na ordem, US\$4,8 bilhões e US\$6,3 bilhões. A corrente de comércio cresceu 34,3% no trimestre, atingindo US\$11,1 bilhões.

Tabela 2.6 – Produção agrícola – Nordeste

Itens selecionados

Discriminação	Pesos ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. % 2012/2011
		2011	2012	
Produção de grãos		14 599	16 425	12,5
Soja	13,5	6 228	6 705	7,7
Milho	6,8	5 040	6 416	27,3
Feijão	4,5	818	975	19,1
Outras lavouras selecionadas				
Cana-de-açúcar	18,0	72 956	73 106	0,2
Mandioca	6,7	7 905	8 341	5,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2012.

Tabela 2.7 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	3 925	4 847	23,5	7,5
Básicos	577	708	22,8	7,6
Industrializados	3 348	4 139	23,6	6,6
Semimanufaturados	1 592	1 475	-7,4	4,0
Manufaturados ^{1/}	1 755	2 664	51,7	7,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.8 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2010	2011	Var. %	Var. %
Total	4 367	6 287	44,0	9,5
Bens de consumo	409	645	57,6	13,6
Duráveis	264	472	78,7	7,5
Não duráveis	145	173	19,3	22,1
Bens intermediários	2 250	2 539	12,8	6,0
Bens de capital	791	701	-11,3	7,6
Combustíveis e lubrificantes	917	2 402	161,9	18,7

Fonte: MDIC/Secex

Tabela 2.9 – Evolução do emprego formal – Nordeste

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-28,9	-1,9	127,0	139,4	-44,9
Indústria de transformação	-25,7	-51,2	34,6	59,5	-31,2
Serv. ind. de utilidade pública	0,8	1,1	1,6	0,2	0,1
Construção civil	-13,7	10,2	17,0	13,7	-7,3
Comércio	7,5	6,9	13,8	34,1	-3,1
Serviços	21,6	27,0	30,9	36,8	17,8
Agropecuária	-19,5	3,5	28,1	-5,5	-21,2
Outros ^{2/}	-0,1	0,7	1,0	0,6	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

4/ Consideram-se as variações e os respectivos pesos das três regiões metropolitanas abrangidas pelo IPCA: Fortaleza, Recife e Salvador.

O crescimento das exportações resultou de variações de 18,4% no *quantum* e de 4,3% nos preços. Ocorreram aumentos de 51,7% nas vendas de produtos manufaturados, sensibilizadas pelo acréscimo de 69,7% nas relativas a óleos combustíveis, pela Bahia, e 22,8% nas exportações de produtos básicos. Em oposição, os embarques de bens semimanufaturados recuaram 7,4%, impactados pela retração de 78,1% nas vendas de açúcar de cana em bruto para a Rússia. Holanda, EUA, Antilhas Holandesas, China e Argentina adquiriram, em conjunto, 51,8% das vendas externas da região no trimestre.

O comportamento das importações, resultante de elevações de 38,5% no *quantum* e de 3,9% nos preços, refletiu, em especial, as expansões de 161,9% nas compras de combustíveis e lubrificantes, impulsionadas pelo aumento de 102,6% nas relativas a óleo diesel e pelas compras de US\$781,5 milhões referentes a outras gasolinas, sem correspondência no mesmo período em 2011, e de 57,6% nas aquisições de bens de consumo. Em oposição, as aquisições de bens de capital, evidenciando as retrações nas relativas a trilhos de aço e a caminhões guindastes, decresceram 11,3% no trimestre. As importações provenientes dos EUA, Índia, Argentina, China e Holanda representaram, em conjunto, 51,2% do total adquirido pela região, no período.

Indicadores do mercado de trabalho revelam a eliminação de 44,9 mil empregos formais no Nordeste no trimestre encerrado em fevereiro, ante 28,9 mil em igual período de 2011, de acordo com o Caged/MTE. Essa trajetória refletiu, em especial, o menor dinamismo dos setores comércio e indústria de transformação, responsáveis, em conjunto, pela eliminação de 34,3 mil postos, ante 18,1 mil no trimestre finalizado em fevereiro de 2011.

Considerados dados dessazonalizados, o nível do emprego formal da região cresceu 0,9% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro de 2011. Registraram-se aumentos em todas as oito atividades pesquisadas, com ênfase nos assinalados na construção civil, 1,7%, e na atividade extrativa mineral, 1,5%.

A inflação, medida pelo IPCA⁴, atingiu 1,27% na região Nordeste no trimestre encerrado em março, ante 1,63% naquele encerrado em dezembro, reflexo de desaceleração, de 2,02% para 1,32%, nos preços livres, e de aceleração, de 0,66% para 1,10%, nos preços monitorados. A variação dos preços livres refletiu a redução, de 1,91% para -0,47%, na

Tabela 2.10 – IPCA – Nordeste

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %		
		2011	2012	
		Ano	I Tri	12 meses
IPCA	100,0	6,35	1,27	5,44
Livres	71,3	6,65	1,32	5,81
Comercializáveis	37,5	4,49	-0,47	3,53
Não comercializáveis	33,8	9,07	3,32	8,38
Monitorados	28,7	5,62	1,10	4,48
Principais itens				
Alimentação	25,8	6,51	1,02	5,68
Habitação	11,9	6,71	2,03	7,92
Artigos de residência	3,8	2,55	-0,36	1,96
Vestuário	8,2	10,39	-1,14	7,73
Transportes	16,6	4,78	0,84	2,43
Saúde	12,4	4,91	1,39	5,06
Despesas pessoais	9,2	9,98	2,82	9,65
Educação	6,9	7,99	6,88	7,94
Comunicação	5,2	1,51	-0,36	0,40

Fonte: IBGE

^{1/}Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

variação dos preços dos bens comercializáveis, e a elevação de 1,17 p.p., para 3,32%, na variação dos preços dos bens não comercializáveis, pressionados pelos aumentos nos grupos educação, 6,88%, e despesas pessoais, 2,82%.

O desempenho dos preços monitorados esteve associado, fundamentalmente, às elevações respectivas de 3,79% e 1,54% nos itens transporte intermunicipal, reflexo de reajustes nas capitais cearense e pernambucana, e taxa de água e esgoto. O índice médio de difusão do IPCA, sinalizando menor disseminação da inflação, atingiu 55,4% no trimestre encerrado em março, ante 58,3% naquele finalizado em dezembro de 2011.

A economia nordestina tende a registrar, no decorrer de 2012, dinamismo mais acentuado do que o observado em âmbito nacional. Essa perspectiva é consistente com o desempenho favorável da atividade varejista, em cenário de manutenção dos programas sociais de transferência de renda do governo federal; de expansão da massa salarial ampliada, favorecida pelo aumento real do salário mínimo, que impacta fortemente a massa salarial da região; de continuidade de investimentos importantes, de caráter público e privado; de expansão do crédito; e de ocorrência de condições climáticas mais favoráveis, que deverão beneficiar a renda agrícola da região.

Bahia

Gráfico 2.5 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia

Dados dessazonalizados

2002 = 100

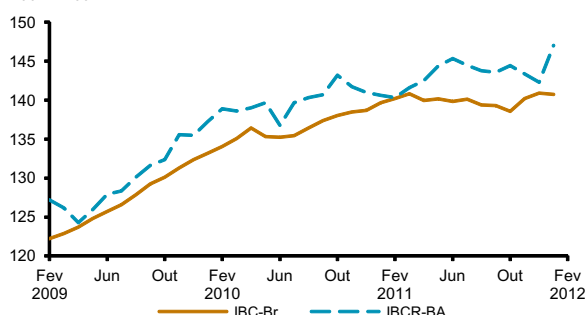
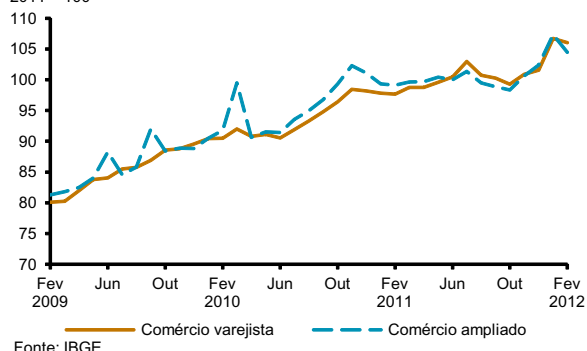


Gráfico 2.6 – Comércio varejista – Bahia

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.11 – Comércio varejista – Bahia

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011		2012	
	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	2,4	-1,3	4,6	7,0
Combustíveis e lubrificantes	4,1	-1,2	5,0	6,7
Hiper e supermercados	2,1	-0,2	3,8	4,0
Tecidos, vestuário e calçados	0,7	-2,5	3,6	7,1
Móveis e eletrodomésticos	4,3	-2,7	11,4	15,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	7,7	0,6	0,0	5,0
Comércio ampliado	0,4	-1,0	5,5	3,8
Automóveis e motocicletas	-4,1	-1,2	9,1	-3,3
Material de construção	0,9	-2,0	3,4	-0,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB do estado registrou crescimento anual de 2,0% em 2011, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), resultado de expansões de 9,8% na agropecuária, impulsionada pela produção de grãos, especialmente, algodão e soja, e de 3,6% no setor de serviços, destacando-se o desempenho do comércio varejista, e de retração de 2,9% na indústria. O IBCR-BA, evidenciando na margem o dinamismo da atividade no estado, aumentou 0,8% no trimestre finalizado em fevereiro, em relação ao encerrado em novembro de 2011, quando havia recuado 0,7%, no mesmo tipo de comparação.

As vendas do comércio varejista baiano cresceram 4,6% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando haviam decrescido 1,3%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Excetuada a estabilidade nas vendas de livros, jornais, revistas e papelaria, verificaram-se elevações em todos os setores pesquisados, com destaque para as relativas a móveis e eletrodomésticos, 11,4%, e combustíveis e lubrificantes, 5%. Incluídas as variações nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 9,1%, e material de construção, 3,4%, o comércio ampliado cresceu 5,5% no trimestre.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas no estado aumentaram 7% em fevereiro, em relação a igual intervalo de 2011, ante 7,8% em novembro, com ênfase nos aumentos nos segmentos móveis e eletrodomésticos, 15,1%; tecidos, vestuário e calçados, 7,1%; e combustíveis e lubrificantes, 6,7%. O comércio ampliado, incorporadas as retrações respectivas de 3,3% e 0,5% nas vendas de veículos, motos, partes e peças, e de material de construção, cresceu 3,8% no período.

A atividade industrial baiana recuou 1,2% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando decrescera 3,3%, no mesmo tipo de análise, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destacaram-se, no período, as reduções de 7% na indústria química e de 6,4% na produção de celulose e papel, contrastando com as expansões de 88% na indústria automobilística, resultado influenciado pela reduzida base de comparação em razão da paralisação parcial das atividades em setembro, e de 7,5% na produção de borracha e plástico.

Gráfico 2.7 – Produção industrial – Bahia
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

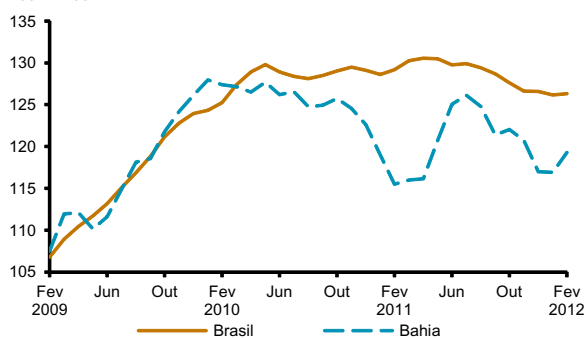


Tabela 2.12 – Produção industrial – Bahia
Geral e setores selecionados

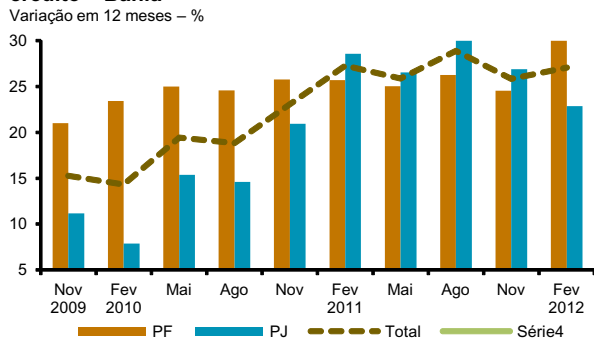
Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2011	2012	Acumulado
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	em 12 meses
Indústria geral	100,0	-3,3	-1,2	-0,6
Indústria extrativa	5,8	-4,1	2,5	-4,7
Indústria de transformação	94,2	-3,4	-0,7	-0,4
Produtos químicos	22,8	-2,2	-7,0	5,2
Ref. petróleo e prod. álcool	23,7	-9,5	2,8	-7,2
Alimentos e bebidas	17,3	2,3	2,9	6,9
Celulose e papel	12,7	3,9	-6,4	-3,2
Metalurgia básica	8,8	12,1	1,2	-8,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na Indústria Geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.8 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia^{1/}
Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.13 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Bahia^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/}	
		2010	Nominal	Outros ^{4/}		2011
		Dez	Primário	Juros		Total ^{3/}
Total	10 532	-1 070	1 110	41	-75	10 498
Governo estadual	8 671	-629	863	235	-78	8 828
Capital	1 150	-455	134	-320	0	830
Demais municípios	710	14	113	126	2	839

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial do estado recuou 0,6% em fevereiro, em relação a igual intervalo de 2011, ante retração de 4,9% em novembro. Ressaltem-se, no período, os decréscimos respectivos de 12,5%, 8,7% e 7,2% nos segmentos veículos automotores, metalurgia básica e refino de petróleo e produção de álcool, e as expansões nas indústrias de alimentos e bebidas, 6,9%, e de produtos químicos, 5,2%.

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb), estimado pela SEI, situou-se em 139,6 pontos em fevereiro, elevando-se 34,1 p.p. no trimestre e permanecendo na zona definida como otimismo moderado.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na Bahia somou R\$68,7 bilhões em fevereiro, registrando expansões de 6,3% no trimestre e de 27,1% em doze meses. Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas totalizaram R\$31,6 bilhões, aumentando 10,3% e 32,4% nas bases de comparação mencionadas, com destaque para as modalidades crédito consignado, aquisição de veículos e financiamento habitacional. A carteira do segmento de pessoas jurídicas somou R\$37,1 bilhões, elevando-se 3% no trimestre e 22,9% em doze meses, com ênfase nas contratações nos segmentos indústria química, construção civil, geração, transmissão e distribuição de eletricidade e gás, e comércio atacadista, exceto veículos.

A inadimplência relativa às operações de crédito no estado atingiu 4,43% em fevereiro, ante 4% em novembro. A elevação trimestral refletiu as variações respectivas de 0,06 p.p. e 0,42 p.p. nas carteiras de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nas quais a taxa atingiu, na ordem, 6,07% e 3,04%.

Os governos do estado, da capital e dos principais municípios da Bahia registraram superávit primário de R\$1,1 bilhão em 2011, mesmo patamar assinalado no ano anterior. Ocorreram, no ano, recuos respectivos 94,7% e 46% nos superávits dos demais municípios e do governo do estado, e aumento de 157% no relativo à capital.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$1,1 bilhão em 2011, recuando 24,8% no ano e contribuindo para que o déficit nominal do estado decrescesse de R\$285,4 milhões, em 2010, para R\$40,1 milhões.

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios da Bahia manteve-se estável em R\$10,5 bilhões em 2011, ocorrendo aumentos respectivos de 18,2% e 1,8% nas esferas dos demais municípios e do governo estadual, e redução de 27,8% no âmbito da capital.

Tabela 2.14 – Necessidades de financiamento – Bahia^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Total	-1 078	-1 070	1 364	1 110
Governo estadual	-1 165	-629	1 149	863
Capital	-177	-455	137	134
Demais municípios	264	14	78	113

1/ Inclui informações do estados e de seus principais municípios.
Dados preliminares.

Tabela 2.15 – Produção agrícola – Bahia

Itens selecionados

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2011	2012 ^{2/}	
Grãos				
Soja	15,6	3 513	3 501	-0,3
Algodão herbáceo	9,0	1 575	1 606	2,0
Milho	7,4	2 053	2 565	24,9
Feijão	5,4	223	340	52,3
Outros grãos ^{3/}	1,2	296	251	-15,2
Outras lavouras				
Cacau	7,4	156	141	-10,0
Banana	5,8	1 221	1 086	-11,1
Café	5,3	152	163	7,3
Mandioca	5,3	2 977	3 367	13,1
Cana-de-açúcar	3,5	6 981	6 847	-1,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Segundo o LSPA de março de 2012.

3/ Amendoim, arroz, mamona, sorgo.

Tabela 2.16 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	2 041	2 556	25,2	7,5
Básicos	226	345	52,5	7,6
Industrializados	1 815	2 211	21,8	6,6
Semimanufaturados	728	681	-6,4	4,0
Manufaturados ^{1/}	1 087	1 530	40,8	7,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.17 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	1 472	1 972	34,0	9,5
Bens de capital	217	262	21,0	7,6
Bens intermediários	1 021	1 290	26,4	6,0
Bens de consumo	188	385	105,3	13,6
Duráveis	164	356	116,5	7,5
Não duráveis	23	30	26,9	22,1
Combustíveis e lubrificantes	46	34	-27,2	18,7

Fonte: MDIC/Secex

A produção de grãos da Bahia deverá totalizar 8,3 milhões de toneladas em 2012, de acordo com LSPA realizado pelo IBGE em março, equivalendo a 47% da produção nordestina. A estimativa, representando expansão anual de 7,9%, reflete, em especial, as projeções de aumentos para as safras de feijão, 52,3%, ressaltando-se os crescimentos respectivos de 19,8% e 18,6% previstos para os rendimentos médios da primeira e da segunda safras; milho, 24,9%; e algodão, 2%. Em relação às demais lavouras, ressaltam-se as elevações nas estimativas para a produção de mandioca, 13,1%, e de café, 7,3%, contrastando com os recuos projetados para as culturas de banana, 11,1%, e de cacau, 10%.

A balança comercial da Bahia registrou superávit de US\$584 milhões no primeiro trimestre do ano. O aumento de 2,7% em relação a igual intervalo de 2010 refletiu os crescimentos de 25,2% nas exportações e de 34% nas importações, que somaram US\$2,6 bilhões e US\$2 bilhões, respectivamente.

O desempenho das exportações decorreu de acréscimos de 4,2% nos preços e de 20,2% no *quantum*, ressaltando-se os aumentos de 52,5% nos embarques de produtos básicos, com destaque para algodão em bruto, representando 33,5% desta pauta, e de 40,8% nas vendas de produtos manufaturados, concentradas em óleos combustíveis, 41,3% do total da categoria. Em sentido oposto, as vendas de produtos semimanufaturados recuaram 6,4% no período, com ênfase na redução de 50,4% nos embarques de catodos de cobre. Antilhas Holandesas, EUA e Argentina adquiriram, em conjunto, 42,2% das vendas externas do estado no trimestre.

A trajetória das importações refletiu os aumentos respectivos de 3,2% e 29,8% registrados nos preços e nas quantidades importadas. Destacaram-se, no período, as elevações de 105,3% nas aquisições de bens de consumo, impactadas pelo aumento de 159,7% nas relativas a automóveis, que corresponderam a 77,3% da pauta da categoria, e de 26,4% nas compras de bens intermediários, que responderam por 65,4% das importações do estado no trimestre. As importações do estado originaram-se, em especial, da Argentina, 16,5% do total; Argélia, 10,2%; e Chile, 9,4%.

O mercado de trabalho do estado registrou, de acordo com o Caged/MTE, a eliminação de 9,8 mil empregos formais no trimestre encerrado em fevereiro, ante corte de 6,7 mil postos em igual período de 2011, registrando-se reduções respectivas de 5,3 mil, 4,2 mil e 2,3 mil vagas na construção civil, na indústria de transformação e na agricultura.

Tabela 2.18 – Evolução do emprego formal – Bahia

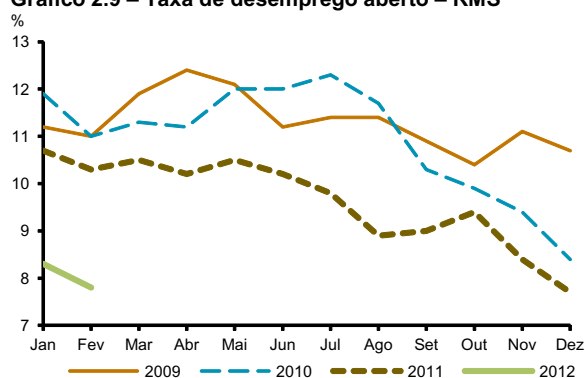
Novos postos de trabalho

Discriminação	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-6,7	25,1	20,9	6,7	-9,8
Indústria de transformação	-3,0	2,9	4,8	-0,5	-4,2
Comércio	2,2	0,8	2,4	6,3	-1,5
Serviços	3,6	6,8	8,7	7,3	3,5
Construção civil	-8,7	6,8	-1,5	1,3	-5,3
Agropecuária	-1,0	7,1	5,4	-7,9	-2,3
Serviço industrial de utilidade pública	0,1	0,2	0,8	-0,1	-0,1
Outros ^{2/}	0,1	0,5	0,3	0,4	0,2

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 2.9 – Taxa de desemprego aberto – RMS

Fonte: IBGE

Tabela 2.19 – IPCA – Salvador

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %		
		2011	2012	
		Ano	I Tri	12 meses
IPCA	100,00	6,50	1,03	5,51
Livres	77,12	6,45	1,17	6,07
Comercializáveis	37,82	3,34	-0,84	2,76
Não comercializáveis	39,31	9,73	3,17	9,36
Monitorados	22,88	6,61	0,54	3,14
Principais itens				
Alimentação	25,39	6,71	0,79	6,04
Habitação	14,27	8,60	2,08	10,38
Artigos de residência	5,01	3,57	-0,10	2,88
Vestuário	7,33	7,71	-0,91	6,10
Transportes	20,89	5,51	0,03	1,65
Saúde	10,16	3,92	1,65	4,89
Despesas pessoais	8,08	11,01	2,72	11,36
Educação	4,21	7,92	5,55	6,04
Comunicação	4,67	0,90	-0,16	0,76

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2012.

Considerados períodos de doze meses, a economia baiana gerou 42,9 mil empregos em fevereiro, ante 81,5 mil em igual mês de 2011, ressaltando-se a redução de 14,1 mil para 1,3 mil nas vagas criadas na construção civil.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, a taxa média de desemprego na Região Metropolitana de Salvador (RMS) atingiu 7,9% no trimestre terminado em fevereiro, menor valor da série iniciada em 2002, ressaltando-se que o recuo de 1,9 p.p. em relação a igual intervalo de 2011 decorreu de recuos de 0,6% na população ocupada e de 2,6% na População Economicamente Ativa (PEA). Os rendimentos médios habituais reais elevaram-se 15,8% no trimestre e 7,4% em doze meses, enquanto a taxa de desemprego, considerados dados dessazonalizados, atingiu 8,1%, reduzindo-se 1,2 p.p. em relação a novembro de 2011.

O IPCA da RMS aumentou 1,03% no trimestre encerrado em março, ante 1,70% naquele finalizado em dezembro de 2011. Os preços livres variaram 1,17%, reflexo de recuo de 0,84% no segmento de bens comercializáveis e de expansão de 3,17% no relativo a bens não comercializáveis, com ênfase nos aumentos registrados nos grupos alimentos *in natura*, 7,01%, e serviços, 3,06%, destacando-se os itens empregados domésticos, 3,64%, e serviços de saúde, 2,25%. Os preços monitorados desaceleraram de 0,64% para 0,54%, no período, com ênfase nas retrações nos itens emplacamento e licenciamento de veículos, 1,3%, e gasolina, 0,33%.

Considerados períodos de doze meses, a variação do IPCA atingiu 5,51% em fevereiro, ante 5,69% em dezembro de 2011, resultado de desaceleração, de 5,14% para 3,14%, nos preços monitorados, e aceleração, de 5,91% para 6,07%, nos preços livres.

A trajetória recente da atividade econômica do estado, expressa na evolução, na margem do IBCR-BA deverá persistir nos próximos meses, favorecida pelo ambiente de flexibilização da política monetária e pelo dinamismo da atividade varejista, em cenário de ganhos reais do salário mínimo e de manutenção dos programas sociais de transferência de renda. No mesmo sentido, deverão contribuir os desembolsos relacionados aos investimentos públicos e privados para a realização dos eventos esportivos internacionais previstos para 2013 e 2014.

Ceará

Gráfico 2.10 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

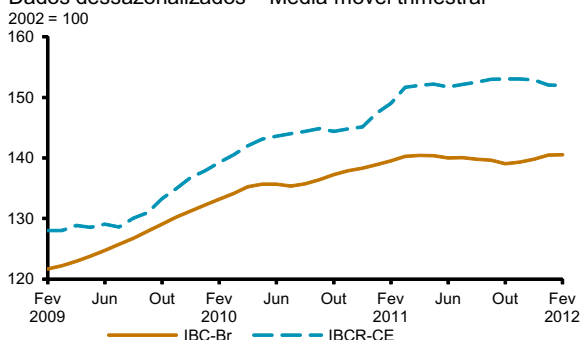
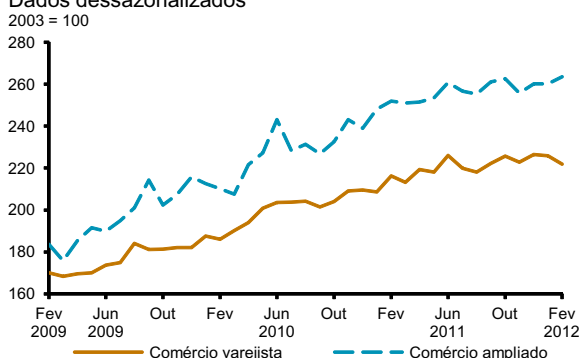


Gráfico 2.11 – Comércio varejista – Ceará

Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

Tabela 2.20 – Comércio varejista – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011	2012		12 meses
		Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	
Comércio varejista	8,0	0,5	0,6	6,8
Combustíveis e lubrificantes	-1,4	2,0	8,6	1,2
Hiper e supermercados	7,2	-2,1	-1,5	5,5
Móveis e eletrodomésticos	15,6	2,2	7,5	16,1
Livros, jornais, revistas e papelaria	16,8	-0,8	-4,3	0,1
Comércio ampliado	8,6	0,3	0,9	6,5
Automóveis e motocicletas	10,6	1,9	0,8	6,4
Material de construção	2,2	-0,5	-0,9	3,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A economia do Ceará cresceu 4,3% em 2011, de acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), reflexo de expansões de 33,9% na agropecuária, 4,9% no setor de serviços e 0,5% na indústria. A análise na margem revela desaceleração da economia cearense, expressa no recuo de 0,7% registrado pelo IBCR-CE no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro de 2011, quando o indicador havia crescido 0,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Esse comportamento refletiu, sobretudo, o desempenho negativo da indústria no período. Considerados períodos de 12 meses, o IBCR-CE aumentou 3,6% em fevereiro, ante 4,6% em novembro.

O comércio varejista do estado cresceu 0,6% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando havia aumentado 0,5%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Registraram-se, no período, aumentos nas vendas em quatro dos nove segmentos considerados na pesquisa, com destaque para os referentes a combustíveis e lubrificantes, 8,6%, e móveis e eletrodomésticos, 7,5%. Incorporadas as variações nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 0,8%, e de material de construção, -0,9%, o comércio ampliado cearense apresentou elevação trimestral de 0,9%.

Considerados períodos de doze meses, as vendas varejistas do estado cresceram 6,8% em fevereiro, em relação a igual intervalo de 2011, ante 8,8% em novembro de 2011, com ênfase nos aumentos nos segmentos equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, 17,8%, e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 16,6%. A expansão do comércio ampliado, refletindo as elevações nas vendas de veículos, motos, partes e peças, 6,4%, e de material de construção, 3,5%, atingiu 6,5% no período, ante 10,3% em novembro de 2011.

A produção industrial do Ceará recuou 1,3% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro de 2011, quando crescera 1,1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Ocorreram recuos em cinco das dez atividades pesquisadas, destacando-se os relativos a minerais não metálicos, 19,9%; produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos, 9,1%; e alimentos e bebidas, 8,3%.

Considerados períodos de doze meses, a produção da indústria cearense decresceu 11,4% em fevereiro, em relação

Gráfico 2.12 – Produção industrial – Ceará
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral
2002 = 100

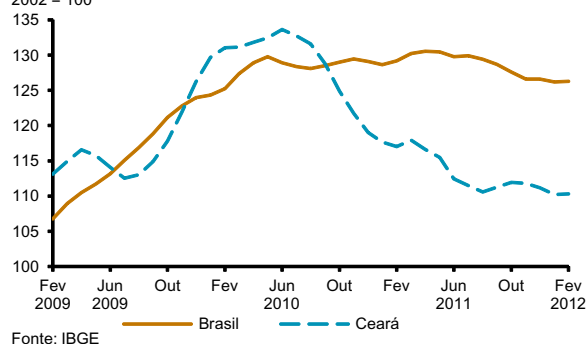


Tabela 2.21 – Produção industrial – Ceará

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2011		2012
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	12 meses
Indústria geral	100,0	1,1	-1,3	-11,4
Alimentação e bebidas	34,9	17,7	-8,3	-3,4
Têxtil	16,9	-16,6	7,4	-24,1
Calçados e artigos de couro	14,6	-11,6	8,5	-18,6
Química	11,5	-7,2	-4,0	7,8
Minerais não metálicos	5,1	8,6	-19,9	-5,1
Vestuário e acessórios	4,7	2,9	-4,2	-14,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

a igual intervalo do ano anterior, ante 11,9% em novembro de 2011, ressaltando-se as retrações assinaladas nos segmentos máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 30,3%; produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos, 25,6%; e têxtil, 24,1%.

Mantida a mesma base de comparação, o faturamento real da indústria de transformação reduziu-se 3,1% em fevereiro, ante 3,6% em novembro de 2011, de acordo com o Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (Indi) da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Ocorreram reduções na remuneração real, 3%; no pessoal empregado, 5,7%; e nas horas trabalhadas, 3,2%. O Nuci médio atingiu 84,9% em fevereiro, ante 85,2% em novembro e 87,7% em igual mês de 2011.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil somou 36 bilhões em fevereiro, aumentando 6,2% no trimestre e 26,5% em doze meses. A carteira do segmento pessoas jurídicas totalizou R\$19 bilhões, registrando variações respectivas de -0,9% e 17,2% nas bases de comparação consideradas, destacando-se as contratações nos setores de geração e transmissão de energia elétrica, indústrias de moda, comércio e construção civil. O saldo das operações pactuadas no segmento de pessoas físicas atingiu R\$16 bilhões, elevando-se 16% no trimestre e 39,5% em doze meses, ressaltando-se sua concentração nas modalidades crédito consignado e financiamentos habitacionais e de automóveis.

A inadimplência relacionada às operações de crédito mencionadas atingiu 4,20% em fevereiro, ante 3,71% em novembro, evolução decorrente de variações respectivas de -0,09 p.p. e 0,48 p.p. nas carteiras de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nas quais a taxa atingiu, na ordem, 5,95% e 2,71%.

Tabela 2.22 – Dívida líquida e necessidades de financiamento do Estado do Ceará e seus principais municípios^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida 2010	Fluxos acumulados no ano			Dívida ^{2/} 2011	
		Dez	Nominal Primário	Juros Total ^{3/}	Outros ^{4/}	Dez
	Estado do Ceará	1 931	-390	256	-135	424
Governo estadual	2 056	-205	257	52	323	2 432
Capital	-76	-8	0	-8	100	17
Demais municípios	-49	-177	-2	-179	0	-228

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Os governos do estado, da capital e dos principais municípios do Ceará registraram superávit primário de R\$390 milhões em 2011, ante déficit de R\$929 milhões no ano anterior, com ênfase nas reversões nos resultados dos governos estadual e dos demais municípios, de déficits respectivos de R\$909 milhões e R\$52 milhões, em 2010, para superávits respectivos de R\$205 milhões e R\$177 milhões, em 2011. Em oposição, o superávit do governo da capital recuou 74,7% no ano. A arrecadação de ICMS registrou aumento real de 1,9% em 2011.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$256 milhões, reduzindo-se 10,6% no ano

Tabela 2.23 – Necessidades de financiamento do Estado do Ceará e seus principais municípios^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Estado do Ceará	929	-390	286	256
Governo estadual	909	-205	285	257
Capital	-32	-8	-3	0
Demais municípios	52	-177	4	-2

1/ Inclui informações dos Estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Tabela 2.24 – Produção agrícola – Ceará

Discriminação	Peso ^{1/} (%)	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Var. %
		2011	2012	2012/2011
Produção de grãos		1 301	1 440	10,7
Feijão	13,59	264	286	8,1
Milho	6,49	915	1 032	12,7
Arroz (em casca)	2,55	93	91	-2,2
Outras lavouras selecionadas				
Banana	14,57	494	486	-1,6
Mandioca	7,23	837	923	10,3
Castanha-de-caju	3,72	112	169	51,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010.

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2012.

Tabela 2.25 – Exportação por fator agregado – FOB

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	316	329	4,1	7,5
Básicos	87	82	-5,7	7,6
Industrializados	229	247	7,8	6,6
Semimanufaturados	68	83	22,6	4,0
Manufaturados ^{1/}	161	164	1,6	7,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.26 – Importação por categoria de uso – FOB

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	440	608	38,1	9,5
Bens de consumo	31	40	29,9	13,6
Duráveis	15	19	30,4	7,5
Não duráveis	16	21	29,5	22,1
Bens intermediários	296	356	20,1	6,0
Bens de capital	93	136	46,0	7,6
Combustíveis e lubrificantes	20	76	283,4	18,7

Fonte: MDIC/Secex

e contribuindo para que o resultado nominal registrasse superávit de R\$135 milhões em 2011, ante déficit de R\$1,2 bilhão no ano anterior.

A dívida líquida do estado e de seus principais municípios aumentou 15% no ano, totalizando R\$2,2 bilhões em dezembro de 2011, com ênfase na expansão de 18,3% registrada na esfera do governo do estado. A participação do estado no endividamento regional aumentou de 0,7 p.p., para 6,8%, no ano.

A safra de grãos do Ceará deverá aumentar 10,7% em 2012, atingindo o recorde de 1,4 milhão de toneladas, de acordo com o LSPA de março do IBGE. Essa estimativa reflete, em especial, as projeções de aumentos respectivos de 12,7% e 8,1% para as safras de milho, responsável por 71,7% da produção de cereais e oleaginosas do Ceará, e de feijão. Dentre as demais lavouras, assinalem-se as estimativas de crescimentos para as safras de mandioca, 10,3%, e de castanha-de-caju, 51,1%.

O déficit da balança comercial do Ceará atingiu US\$279 milhões no primeiro trimestre de 2012, elevando-se 124,7% em relação a igual período do ano anterior, de acordo com dados do MDIC. As exportações totalizaram US\$328,8 milhões e as importações, US\$607,7 milhões, registrando aumentos respectivos de 4,1% e 38,1% no período.

A trajetória das vendas externas cearenses, decorrente de variações de 8,9% nos preços e de -4,4% no *quantum*, refletiu as elevações registradas nos embarques de produtos semimanufaturados, 22,6%, impulsionados pelos relacionados a ceras vegetais, 108,2%, e a couros e peles, 10,2%, e de bens manufaturados, 1,6%, e a retração de 5,7% experimentada pelas exportações de bens básicos. As participações das categorias nas exportações do estado, no período, atingiram 25,3%, 49,8% e 24,9%, respectivamente. EUA, Argentina, Holanda, China e Alemanha adquiriram, em conjunto, 50,3% das vendas externas cearenses no trimestre.

O crescimento das importações, refletindo variações de 44,3% nos preços e de -4,3% no *quantum*, decorreu de expansões nas aquisições em todas as categorias de uso. Destacaram-se, no período, os aumentos nas compras externas de combustíveis e lubrificantes, 283,4%, estimuladas pelo crescimento de 308,3% nas relativas a gás natural liquefeito, e de bens de capital, 46%, sensibilizadas pela expansão de 1.681% no fornecimento de eletrogeradores de energia eólica pela Itália para instalação de parques eólicos

Tabela 2.27 – Evolução do emprego formal – Ceará
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	4,5	8,6	19,9	19,2	-5,6
Indústria de transformação	-3,1	-0,9	2,7	2,6	-5,5
Serv. ind. de utilidade pública	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0
Construção civil	-0,2	1,0	3,8	1,8	-2,0
Comércio	2,5	1,9	4,0	7,5	1,2
Serviços	7,6	6,7	6,3	5,3	4,2
Agropecuária	-2,0	-0,3	2,9	1,8	-3,4
Outros ^{2/}	-0,2	0,2	0,2	0,1	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Tabela 2.28 – IPCA – Fortaleza

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação %		
		2011	2012	
		Ano	I Tri	12 meses
IPCA	100,0	6,46	1,03	5,05
Livres	72,2	7,27	1,16	5,80
Comercializáveis	38,1	6,11	-0,07	4,58
Não comercializáveis	34,1	5,58	2,78	7,40
Monitorados	27,8	4,36	0,52	2,94
Principais itens				
Alimentação	25,8	6,14	1,14	5,04
Habitação	13,5	3,69	0,96	3,67
Artigos de residência	3,3	1,70	-0,17	2,23
Vestuário	8,6	16,14	-2,06	10,15
Transportes	15,7	4,48	1,47	3,10
Saúde	12,1	5,69	1,25	5,00
Despesas pessoais	8,8	10,33	0,97	7,50
Educação	7,1	8,90	7,42	10,12
Comunicação	5,1	1,28	-0,42	0,40

Fonte: IBGE

1/Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

na região costeira do estado. As importações provenientes da China, Itália, Argentina, EUA e Turquia corresponderam, em conjunto, a 61,1% das compras externas do estado no período.

Segundo o Caged/MTE, foram eliminados 5,6 mil empregos no mercado de trabalho formal do estado no trimestre encerrado em fevereiro de 2012, ante criação de 4,5 mil postos em igual período do ano anterior. A reversão do saldo de novas vagas no período refletiu, em especial, o desempenho dos setores serviços e indústria de transformação, responsáveis em conjunto pela eliminação de 1,3 mil postos, ante a criação de 4,5 mil no trimestre finalizado em fevereiro de 2011.

Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal no Ceará cresceu 0,9 % no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro de 2011, registrando-se aumentos em sete das oito atividades pesquisadas, com destaque para os relativos à atividade extrativa mineral, 2,1%, e ao comércio, 1,4%.

A variação do IPCA na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) atingiu 1,03%, no trimestre encerrado em março, ante 1,71% naquele finalizado em dezembro de 2011, redução decorrente de desacelerações dos preços livres, de 1,99% para 1,16%, e dos monitorados, de 0,97% para 0,52%.

No âmbito dos preços livres, a variação dos itens comercializáveis recuou 2,09 p.p., atingindo -0,07%, com ênfase nas reduções nos itens passagens aéreas, 3,37%, e açúcares e derivados, 1,13%. Os preços dos itens não comercializáveis elevaram-se 2,78%, ante 1,95% no trimestre encerrado em dezembro, ressaltando-se os aumentos nos itens feijão carioca, 26,39%; feijão mulatinho, 23,19%; hortaliças e verduras, 8,88%; cursos diversos, 6,70%; e aluguel residencial, 4,04%. A evolução dos preços monitorados refletiu, em parte, os aumentos nos itens ônibus intermunicipal, 3,16%, e plano de saúde, 1,79%, e a redução de 3,12% no item energia elétrica residencial. O índice de difusão do IPCA, sugerindo menor disseminação do processo inflacionário no estado, atingiu 55,5% no trimestre finalizado em março, ante 57,5% naquele encerrado em dezembro de 2011.

A trajetória dos principais indicadores da economia cearense corrobora as expectativas favoráveis em relação ao seu desempenho em 2012. Nesse sentido, muito embora a indústria tenha registrado retração na margem, o dinamismo

do mercado de trabalho e a continuidade dos programas de distribuição de renda do governo federal deverão contribuir para a continuidade do fortalecimento do mercado interno e, conseqüentemente, do comércio varejista. As perspectivas de que a economia repita, em 2012, taxa de crescimento superior à média nacional estão ancoradas, adicionalmente, na trajetória da indústria de turismo, estimulada por incentivos governamentais, e pela intensificação de obras de infraestrutura relacionadas à copa do mundo de 2012.

Pernambuco

Gráfico 2.14 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados

2002 = 100

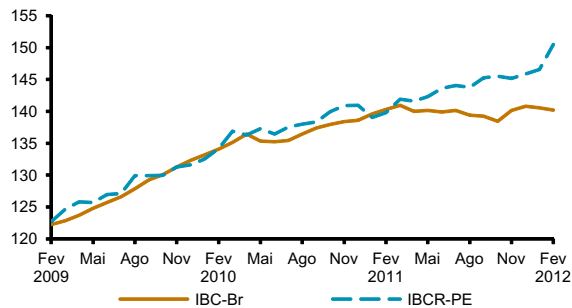
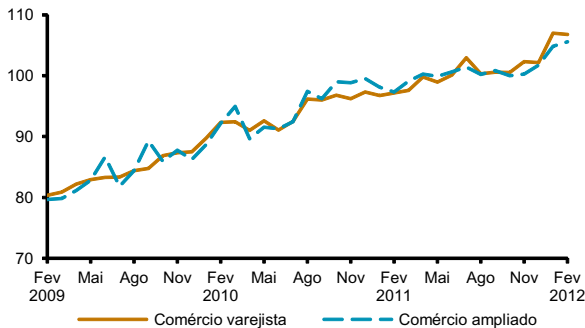


Gráfico 2.15 – Comércio varejista – Pernambuco

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

Tabela 2.29 – Comércio varejista – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2011		2012	
	Ago ^{1/}	Nov ^{1/}	Fev ^{1/}	12 meses
Comércio varejista	2,4	0,0	4,1	7,0
Combustíveis e lubrificantes	2,4	2,4	-0,6	11,8
Hiper e supermercados	1,5	-0,9	2,3	-0,5
Tecidos, vestuário e calçados	-1,0	-2,7	9,2	6,5
Móveis e eletrodomésticos	2,1	1,6	11,2	23,1
Comércio ampliado	1,0	-0,4	3,7	4,6
Automóveis e motocicletas	-1,3	-1,0	1,3	-0,5
Material de construção	6,1	4,8	2,3	8,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB de Pernambuco cresceu 4,5% em 2011, de acordo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem), resultado de expansões de 5,2% na indústria, impulsionada pelo crescimento de 15,6% da construção civil; de 4,3% no setor de serviços; e de 3,7% na agropecuária.

A análise na margem revela sinais de manutenção da expansão da atividade no estado, após perda de dinamismo no final do ano anterior. Nesse sentido, embora o PIB tenha recuado 0,3% no trimestre encerrado em dezembro, em relação ao finalizado em setembro, o IBCR-PE aumentou 1,6% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro de 2011, quando havia crescido 1,1%, no mesmo tipo de análise, considerados dados dessazonalizados.

As vendas varejistas em Pernambuco cresceram 4,1% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao terminado em novembro de 2011, quando se mantiveram estáveis, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC do IBGE. Destacaram-se as expansões nas vendas de móveis e eletrodomésticos, 11,2%, e de tecidos, vestuário e calçados, 9,2%, contrastando com o recuo de 0,6% nas relativas a combustíveis e lubrificantes, único resultado negativo no período. O comércio ampliado, incorporadas as elevações respectivas de 2,3% e 1,3% nas vendas de material de construção e de veículos, motocicletas, partes e peças, cresceu 3,7%, comparativamente a queda de 0,4% no trimestre encerrado em novembro de 2011.

A análise em doze meses indica que o comércio varejista e o comércio ampliado de Pernambuco cresceram, na ordem, 7,0% e 4,6%, em fevereiro, em relação a igual intervalo de 2011, ante 7,3% e 6,9%, respectivamente, em novembro.

A produção da indústria de Pernambuco decresceu 0,2% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro, quando recuara 1,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF/IBGE. Verificaram-se desempenhos negativos nas indústrias química, 6,0%, e de alimentos e bebidas, 5,0%, e expansões respectivas de 9,6% e 9,3% nas atividades produtos de metal e minerais não metálicos. Considerados períodos de doze meses, a produção da indústria aumentou 2,0% em fevereiro, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante recuo de 0,3% em novembro de 2011, com

Tabela 2.30 – Produção industrial – Pernambuco
 Geral e setores selecionados

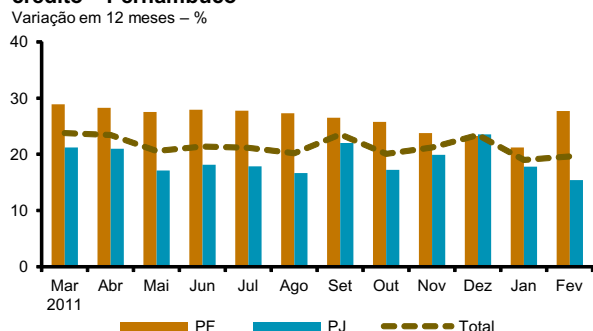
Setores	Pesos ^{1/}	Variação % no período		
		2011	2012	
		Nov ^{2/}	Fev ^{2/}	Acum. 12 meses
Indústria geral	100,0	-1,3	-0,2	2,0
Alimentação e bebidas	44,8	-4,0	-5,0	-2,9
Química	13,3	1,1	-6,0	8,0
Metalurgia básica	11,7	8,4	6,1	2,8
Minerais não metálicos	6,4	-2,1	9,3	8,7
Produtos de metal	6,3	13,7	9,6	17,8
Borracha e plástico	5,3	-3,1	7,0	2,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação da atividade na indústria geral, conforme a PIM-PF/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

Gráfico 2.16 – Evolução do saldo das operações de crédito – Pernambuco^{1/}
 Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

Tabela 2.31 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

UF	R\$ milhões					
	Dívida 2010 Dez	Fluxos acumulados no ano				Dívida ^{2/} 2011 Dez
		Nominal		Outros ^{4/}		
		Primário	Juros	Total ^{3/}		
Estado de Pernambu	3 366	-417	320	-97	709	3 978
Governo estadual	3 315	-78	323	245	470	4 030
Capital	202	-200	-2	-202	239	239
Demais municípios	-151	-139	-1	-140	0	-291

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

Tabela 2.32 – Necessidades de financiamento – Pernambuco^{1/}

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2010	2011	2010	2011
	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez	Jan-dez
Estado de Pernambuco	-761	-417	581	320
Governo estadual	-715	-78	575	323
Capital	-30	-200	-3	-2
Demais municípios	-16	-139	8	-1

1/ Inclui informações do Estados e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

ênfase nas elevações respectivas de 17,8% e 8,7% nos segmentos produtos de metal e minerais não metálicos.

As operações de crédito, superiores a R\$1 mil, realizadas no estado, totalizaram R\$55,3 bilhões em fevereiro, elevando-se 3,1% no trimestre e 19,6% em doze meses, destacando-se as operações contratadas nos setores indústria química e serviços públicos, exceto saúde e educação. O saldo relativo ao segmento de pessoas físicas atingiu R\$20,2 bilhões, aumentando 8,4% no trimestre e 27,7% em doze meses, ressaltando-se a elevação trimestral de 45,9% na modalidade crédito consignado. As operações contratadas no segmento de pessoas jurídicas somaram R\$35,1 bilhões, elevando-se 0,3% no trimestre e 15,4% em doze meses.

A taxa de inadimplência nas operações de crédito atingiu 3,2% em fevereiro, ante 3,0% em novembro, reflexo de variações de 0,05 p.p., para 1,5%, no segmento de pessoas jurídicas, e de -0,02 p.p., para 6,3%, no de pessoas físicas.

Os governos do estado, da capital e dos principais municípios pernambucanos registraram superávit primário de R\$417 milhões em 2011, ante R\$761 milhões no ano anterior, recuo condicionado, em especial, pela retração de R\$637 milhões no resultado do governo estadual, decorrente, em parte, de elevações de 10,5% nas despesas com pessoal e de 20,7% nas transferências correntes. As receitas primárias estaduais aumentaram 9,6% no ano, destacando-se a expansão de 17,2% na arrecadação de ICMS. Vale ressaltar que os superávits primários da capital e dos principais municípios experimentaram elevações anuais respectivas de R\$30 milhões para R\$200 milhões, e de R\$16 milhões para R\$139 milhões.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$320 milhões em 2011. O recuo anual de 44,9% traduziu, em especial, a redução na variação do IGP-DI, principal indexador dos passivos regionais renegociados com a União. O resultado nominal registrou superávit de R\$97 milhões no ano, ante R\$180 milhões em 2010.

A dívida líquida dos governos do estado, da capital e dos principais municípios pernambucanos atingiu R\$3,98 bilhões em 2011. O crescimento anual de 18,2% decorreu de expansões respectivas de 21,6% e 18,5% nas esferas dos governos do estado e da capital, parcialmente neutralizadas pelo aumento de 92,7% no crédito líquido dos demais principais municípios.

Tabela 2.33 – Produção agrícola – Pernambuco

Discriminação	Peso ^{1/}	Em mil toneladas		
		Produção ^{2/}		Variação % 2012/2011
		2011	2012 ^{1/}	
Grãos				
Feijão	4,3	107	101	-6,3
Milho	1,0	124	137	10,6
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	44,3	17 517	17 089	-2,4
Uva	18,8	209	225	7,7
Banana	7,2	487	558	14,7
Mandioca	4,5	514	401	-22,0
Tomate	3,7	115,1	60,0	-47,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2010

2/ Estimativa segundo o LSPA de março de 2012.

Tabela 2.34 – Exportação por fator agregado – FOB

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	296	645	118,1	7,5
Básicos	8	10	23,3	7,6
Industrializados	288	635	120,7	6,6
Semimanufaturados	118	91	-22,8	4,0
Manufaturados ^{1/}	170	544	220,5	7,6

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

Tabela 2.35 – Importação por categoria de uso – FOB

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco			Brasil
	2011	2012	Var. %	Var. %
Total	1 059	1 455	37,4	9,5
Bens de consumo	145	162	11,3	13,6
Duráveis	72	79	9,9	7,5
Não duráveis	74	83	12,7	22,1
Bens intermediários	519	485	-6,7	6,0
Bens de capital	206	187	-9,6	7,6
Combustíveis e lubrificantes	189	623	229,9	18,7

Fonte: MDIC/Secex

A produção de grãos do estado deverá totalizar 254 mil toneladas em 2011, de acordo com o LSPA de março, do IBGE. O aumento anual de 3,9% reflete, em especial, as projeções de crescimento de 10,6% para a produção de milho, e de recuo de 6,3% na relativa a feijão, sensibilizada pela redução de 24% na área colhida. A safra de cana de açúcar para o ano está estimada em 17,1 milhões de toneladas, ressaltando-se que o recuo anual, projetado em 2,4%, resulta de decréscimos de 2,2% na área colhida e de 0,2% no rendimento médio. As produções de banana e de uva deverão aumentar 14,7% e 7,7%, respectivamente, no ano.

A balança comercial de Pernambuco acumulou déficit de US\$810,3 milhões no primeiro trimestre de 2011, ante US\$763,6 milhões em igual período do ano anterior, de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$645,1 milhões e as importações, US\$1,5 bilhão, registrando aumentos respectivos de 118,1% e 37,4% no período.

A evolução das vendas externas, decorrente de aumentos de 1,1% nos preços e de 114% no *quantum*, traduziu, fundamentalmente, a elevação de 220,5% nos embarques de produtos manufaturados, favorecidos pela exportação de uma plataforma do Estaleiro Atlântico Sul, no valor de US\$404,9 milhões. Em oposição, ocorreram recuos nas vendas de semimanufaturados, 22,8%, com ênfase nas reduções respectivas de 93,2% e 19,4% nas relativas a borracha e a açúcar em bruto, e de 23,3% nas exportações de produtos básicos. Holanda, Espanha, Rússia, Portugal e Argentina adquiriram, em conjunto, 78% das vendas externas do estado no trimestre.

O crescimento das importações refletiu as variações respectivas de 6,54% e 28,9% registradas nos preços e no *quantum*. Ressaltem-se, no período, a elevação de 229,9% nas aquisições de combustíveis e lubrificantes, decorrente de compras de US\$418,3 milhões de óleo diesel e gasolina, sem contrapartida no primeiro trimestre de 2011, e a retração de 6,7% nas importações de bens intermediários. As aquisições provenientes da Holanda, EUA, Argentina, China, México, Índia e Reino Unido representaram, em conjunto, 72,6% das importações do estado no trimestre.

O mercado de trabalho do estado registrou, de acordo com Caged/MTE, a eliminação de 7,5 mil postos formais no trimestre encerrado em fevereiro de 2012, ante 8,5 mil cortes em igual período do ano anterior, com ênfase nas demissões líquidas registradas na indústria de transformação, 9,2 mil, e na agropecuária, 6,1 mil, essas associadas aos efeitos sazonais do ciclo da produção de cana-de-açúcar.

Tabela 2.36 – Evolução do emprego formal – Pernambuco
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) ^{1/}				
	2011				2012
	Fev	Mai	Ago	Nov	Fev
Total	-8,5	0,7	38,0	40,3	-7,5
Indústria de transformação	-10,4	-14,8	12,7	19,2	-9,2
Comércio	0,2	2,1	3,0	7,5	-1,8
Serviços	6,3	7,9	6,5	13,0	7,2
Construção civil	2,3	3,5	6,5	6,1	2,3
Agropecuária	-7,3	1,1	8,8	-5,4	-6,1
Serv. ind. de util. pública	0,4	0,9	0,4	0,1	0,1
Outros ^{2/}	0,0	0,0	0,1	-0,1	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

Gráfico 2.17 – Taxa de desemprego aberto – Recife

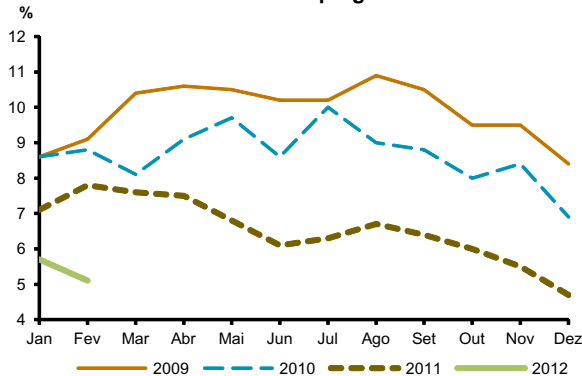


Tabela 2.37 – IPCA – Recife

Discriminação	Pesos ^{1/}	Variação % trimestral			
		2011			2012
		II Tri	III Tri	IV Tri	I Tri
IPCA	100,0	1,63	0,65	1,45	1,76
Livres	72,7	1,62	0,59	1,85	1,59
Comercializáveis	38,9	1,26	1,01	1,50	0,90
Não comercializáveis	33,8	2,00	0,11	0,30	3,11
Monitorados	27,3	1,65	0,81	0,61	2,35
Principais itens					
Alimentação	24,9	1,63	-0,07	2,70	1,26
Habitação	13,6	3,34	1,77	0,43	2,71
Artigos de residência	5,5	0,24	0,60	0,46	-0,81
Vestuário	8,2	3,23	3,04	2,32	-0,78
Transportes	16,4	0,76	0,44	0,20	1,92
Saúde	12,7	1,83	0,76	1,63	1,16
Despesas pessoais	9,4	1,33	0,13	2,34	4,10
Educação	4,8	0,05	0,37	0,03	8,26
Comunicação	4,5	0,66	-0,11	-0,09	-0,61

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2012.

Na margem, considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal em Pernambuco cresceu 0,9% no trimestre encerrado em fevereiro, em relação ao finalizado em novembro de 2011.

A taxa média de desemprego da Região Metropolitana do Recife (RMR) atingiu 5,2% no trimestre finalizado em fevereiro, de acordo com a PME/IBGE, registrando pela primeira vez, desde o início da série, em março de 2002, percentual trimestral inferior à média nacional. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego recuou 0,5 p.p. em relação ao trimestre encerrado em novembro de 2011, resultado de variações de 2,9% na PEA e de 3,5% na população ocupada. Os rendimentos médios habituais reais elevaram-se 2,8% no trimestre e 0,9% em doze meses.

O IPCA da RMR cresceu 1,76% no trimestre encerrado em março, ante 1,45% naquele finalizado em dezembro de 2011. Essa trajetória refletiu as elevações respectivas 1,59% e 2,35% nos preços livres e nos monitorados, que haviam variado, na ordem 1,85% e 0,61% de setembro a dezembro de 2011.

A evolução dos preços livres decorreu de aceleração, de 0,30% para 3,11%, nos preços dos bens não comercializáveis, ressaltando-se as elevações nos itens cursos regulares, 10,68%, empregado doméstico, 9,56% e aluguel residencial, 3,96%; e de desaceleração, de 1,50% para 0,90%, nos preços dos bens comercializáveis, condicionada, em parte, por recuos nos itens carnes, 4,72%, e vestuário, 0,64%. A variação dos preços monitorados refletiu, em grande parte, os aumentos nos preços dos itens ônibus intermunicipal, 16,58%; gás de botijão 7,54%; e ônibus urbanos, 7,52%.

O índice de difusão do IPCA apresentou, sugerindo maior disseminação nos reajustes de preços no estado, atingiu 74,4% no trimestre encerrado em março, ante 64,6% naquele finalizado em dezembro de 2011.

Considerados períodos de doze meses, a variação do IPCA da RMR atingiu 5,60% em março, em relação a igual intervalo do ano anterior, ante 6,43% em dezembro. A variação dos preços livres totalizou 5,57%, com destaque para os aumentos nos itens empregados domésticos, 13,67%; alimentação fora do domicílio, 12,36%; e vestuário, 8,14%; e a dos preços monitorados, 5,52%, com ênfase nas elevações registradas nos itens energia elétrica residencial, 7,99%, e planos de saúde, 7,68%.

O ritmo da atividade econômica do estado vem registrado, no período recente, dinamismo mais acentuado do que o assinalado em âmbito nacional. Esse desempenho, expresso na evolução dos respectivos PIBs, encontra sustentação na atividade varejista, favorecida pelo fortalecimento do mercado interno, em ambiente de ganhos reais do salário mínimo. A evolução da economia pernambucana no médio e longo prazos deverá refletir o impacto favorável da consolidação de investimentos importantes nos setores petroquímico, naval, de hemoderivados e de alimentos, que deverão exercer desdobramentos relevante sobre a trajetória do PIB e do mercado de trabalho do estado.